

# MORALIDADE ADMINISTRATIVA

## Boletim Informativo





04

**Boletim Informativo - CAOPAM**

05

**Notícias do MPBA - MPBA promove Jornada Nacional de Investigação pelo Ministério Público**

06

**Notícias do MPBA - Câmara de Vereadores de Itiúba se compromete a realizar concurso público para servidores**

06

**Notícias do MPBA - Município de Barra do Rocha firma acordo com MP para realização de concurso público**

07

**Notícias do MPBA - MP recomenda ao Legislativo de Sapeaçu controle efetivo dos gastos com combustível**

07

**Notícias do MPBA - MP recomenda o retorno de servidores em desvio de função a seus cargos originais em Sapeaçu**

07

**Notícias do MPBA - MP recomenda que consórcio do Oeste da Bahia não use bens ou funcionários para campanha eleitoral**

08

**Notícias do MPBA - MP recomenda anulação de contratações temporárias em Bom Jesus da Lapa e em Paratinga**

08

**Notícias do MPBA - MP recomenda que prefeita de Conceição do Jacuípe anule nomeação de filha para presidente do Conselho de Saúde**



# ÍNDICE

08

**Notícias do MPBA - Processo seletivo para mais de 300 cargos Reda é suspenso pela Justiça em Candeias a pedido do MP**

09

**Notícias do MPBA - Festival das Esmeraldas: MP expede recomendações para prevenir ilícitos envolvendo o patrimônio público em Campo Formoso**

09

**Notícias do MPBA - MP denuncia sete envolvidos em transferência fraudulenta de veículos à Justiça**

09

**Notícias do MPBA - MP participa de encontro nacional que debate combate à sonegação fiscal**

09

**Notícias do MPBA - Quatro são denunciados por traficar drogas e corromper agentes públicos do Conjunto Penal de Lauro de Freitas**

10

**Notícias do STF**

12

**Notícias do STJ**

15

**Expediente**

Prezados colegas,

Apresento a quinta edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2022. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOPAM



## MPBA promove Jornada Nacional de Investigação pelo Ministério Público

O Ministério Público baiano, por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), realiza, nos dias 18 e 19, uma das edições da Jornada Nacional, desta feita com o tema Investigação pelo MP. O evento online é aberto a membros e servidores de todos os Ministérios Públicos do país e tem como objetivo apresentar conhecimentos práticos e experiências de especialistas nos processos de investigação. A iniciativa é promovida em parceria com o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) e a Escola Nacional do Ministério Público (Enamp).

A Jornada abordará estratégias analíticas aplicadas às investigações no meio digital, noções úteis de direito do trabalho para a tutela da probidade administrativa – ilícitos trabalhistas que são a base de atos de corrupção e improbidade administrativa e as “red flags” (sinais vermelhos) em crimes contra a administração pública.

Os promotores de Justiça do MPBA Luciano Taques Ghignone e Alicia Violeta Botelho Passeggi e o procurador da República em Curitiba Roberson Henrique Pozzobon conduzirão debates e palestras nos dois dias. [...]

[+ Veja mais](#)

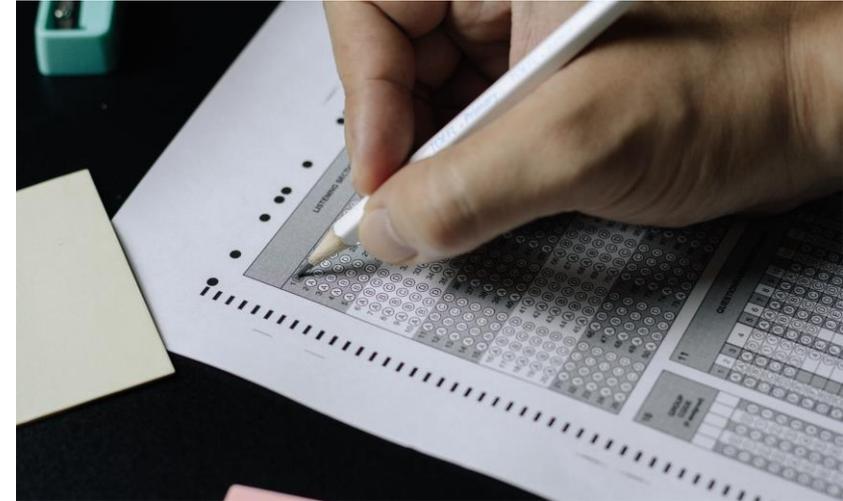




## Câmara de Vereadores de Itiúba se compromete a realizar concurso público para servidores

A Câmara de Vereadores do Município de Itiúba firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público estadual se comprometendo a realizar, nos próximos três meses, concurso público para o preenchimento de cargos efetivos. O acordo foi assinado ontem, dia 28, pelo promotor de Justiça Igor Miranda e o presidente da Câmara, Alcemir Marcelo de Moraes Bento. Segundo o promotor de Justiça, o TAC garantirá a realização do primeiro concurso público do Legislativo de Itiúba. [...]

[+ Confira](#)



## Município de Barra do Rocha firma acordo com MP para realização de concurso público

O Município de Barra do Rocha firmou na última sexta-feira, dia 29, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público estadual se comprometendo a realizar concurso público para o preenchimento de cargos efetivos nos próximos meses. O cronograma de realização do concurso público conta com a estruturação administrativa e o estudo de impacto financeiro. “A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego. [...]

[+ Veja mais](#)



## MP recomenda ao Legislativo de Sapeaçu controle efetivo dos gastos com combustível

O Ministério Público estadual recomendou ao presidente da Câmara de Vereadores de Sapeaçu que realize o controle efetivo do abastecimento de combustível dos veículos oficiais. Segundo o promotor de Justiça Rafael Macedo, a medida visa sanar a falta de transparência sobre o controle do uso dos veículos e do consumo de combustíveis [...]

[+ Continue lendo](#)

## MP recomenda o retorno de servidores em desvio de função a seus cargos originais em Sapeaçu

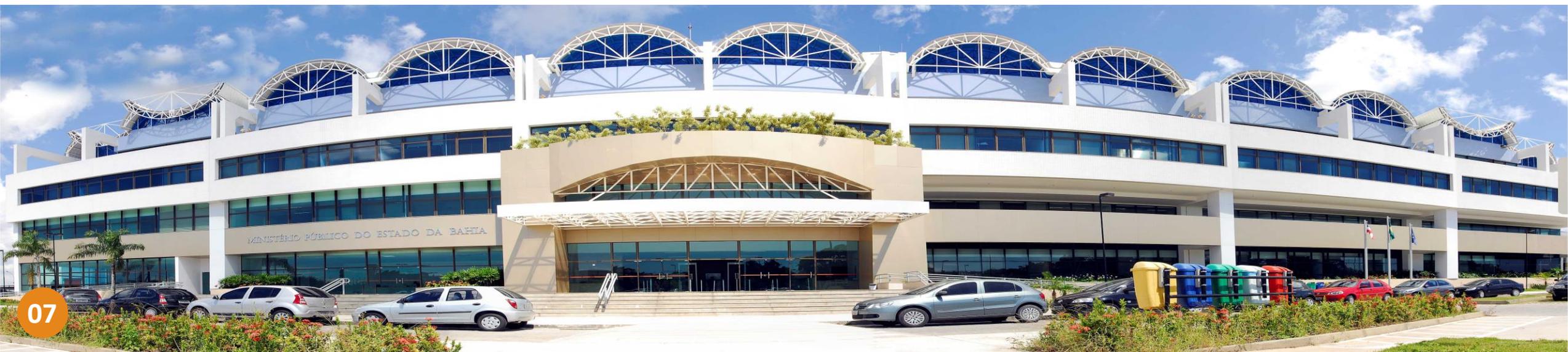
O prefeito de Sapeaçu foi recomendado hoje, dia 20, pelo Ministério Público estadual a praticar os atos necessários para identificar e cessar todos os desvios de função e promoção funcional irregular. O promotor de Justiça Rafael Macedo Coelho Luz Rocha recomendou que esses servidores retornem [...]

[+ Confira](#)

## MP recomenda que consórcio do Oeste da Bahia não use bens ou funcionários para campanha eleitoral

O Ministério Público estadual recomendou que o Consórcio Multifarinário do Oeste da Bahia (Consid) não se utilize de funcionários, bens ou verbas e adote todas as providências necessárias para impedir o uso de bens e serviços públicos com desvio de finalidade, sobretudo em campanha eleitoral de candidatos. [...]

[+ Prossiga](#)





## MP recomenda anulação de contratações temporárias em Bom Jesus da Lapa e em Paratinga

O Ministério Público estadual recomendou à Prefeituras de Bom Jesus da Lapa e de Paratinga e ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Paratinga que não admitam e anulem, em até 90 dias, as contratações temporárias que não atendem aos requisitos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo o promotor de Justiça Paulo Victor Zavarize, autor das recomendações, expedidas nos dias 16 e 12 de outubro, os contratos em Paratinga foram firmados sem prévia autorização legislativa e alguns servidores ocupam cargos públicos desde 2009, o que demonstraria que o contrato não possui caráter temporário. [...]

[+ Continue lendo](#)



## MP recomenda que prefeita de Conceição do Jacuípe anule nomeação de filha para presidente do Conselho de Saúde

O Ministério Público estadual recomendou ontem, dia 28, que a prefeita de Conceição do Jacuípe, Tânia Marli Ribeiro Yoshida, anule a nomeação da sua filha, Mitsue Ribeiro Yoshida, como conselheira e presidente do Conselho de Saúde do Município. Mitsue Yoshida já ocupa o cargo de secretária de Cultura do Município. O ato de anulação, recomendado pela promotora de Justiça Paola Maria Gallina, deve ser realizado e encaminhado ao MP num prazo de dez dias. [...]

[+ Confira](#)

## Processo seletivo para mais de 300 cargos Reda é suspenso pela Justiça em Candeias a pedido do MP

O processo seletivo simplificado para contratação de 335 profissionais em cargos temporários pelo Município de Candeias foi suspenso pela Justiça. A decisão, do dia 6, atendeu pedido formulado em ação civil ajuizada pelo Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Bruna Fittipaldi. Conforme a determinação, o edital 001 de 2022 deve ser suspenso em caráter de urgência. Publicado no dia 16 de agosto, o edital previa o preenchimento de vagas para diversas funções em caráter temporário, atendendo demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Candeias, por Regime de Direito Administrativo (Reda). [...]

[+ Leia mais](#)



## Festival das Esmeraldas: MP expede recomendações para prevenir ilícitos envolvendo o patrimônio público em Campo Formoso

O Ministério Público estadual, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Campo Formoso e a Promotoria de Justiça Eleitoral, expediu hoje, dia 9, uma série de recomendações ao Município de Campo Formoso, agentes públicos e pessoas [...]

[+ Continue lendo](#)

## MP participa de encontro nacional que debate combate à sonegação fiscal

O Ministério Público estadual participou na última sexta-feira, dia 2, do 'II Encontro Nacional dos Promotores de Justiça da Ordem Tributária', realizado em Vitória, no Espírito Santo. Promovido pelo Ministério Público do Espírito Santo, o encontro debateu temas relacionados ao combate à sonegação fiscal e à defesa do orçamento público, com ênfase nas mais modernas [...]

[+ Leia mais](#)



## MP denuncia sete envolvidos em transferência fraudulenta de veículos à Justiça

Sete pessoas envolvidas em esquema de subtração e transferências de veículos mediante fraudes documentais perpetradas no Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran) foram denunciadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público estadual (Gaeco) à Justiça hoje, dia 27. [...]

[+ Confira](#)

## Quatro são denunciados por traficar drogas e corromper agentes públicos do Conjunto Penal de Lauro de Freitas

O Ministério Público estadual denunciou hoje, dia 5, três custodiados do Conjunto Penal de Lauro de Freitas e um condenado que cumpre pena em regime aberto pelos crimes de corrupção ativa e passiva, contra a administração da Justiça, relacionado à inserção de aparelhos celulares na unidade prisional [...]

[+ Veja mais](#)



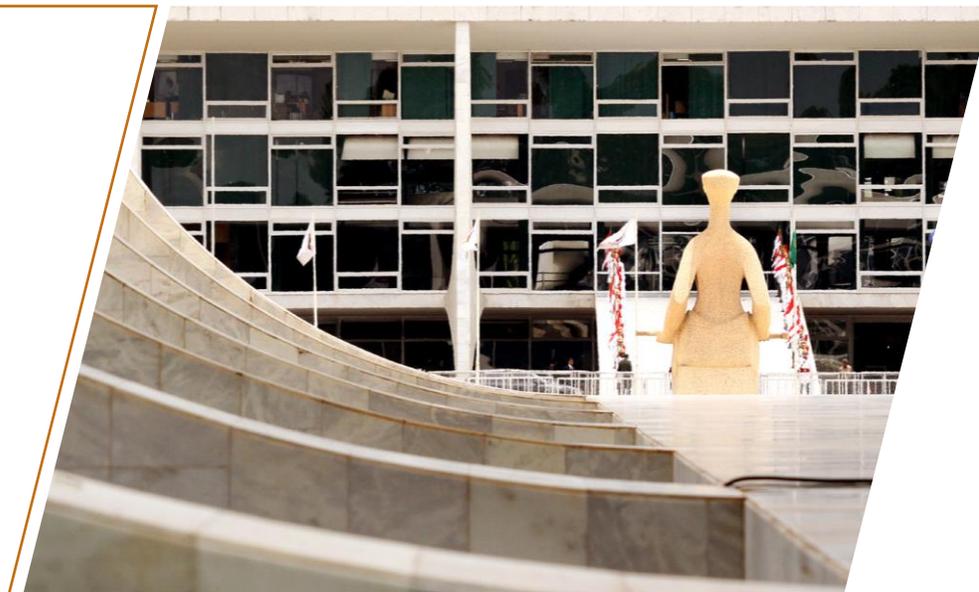
## Nova Lei de Improbidade Administrativa e eficácia temporal - ARE 843989/PR (Tema 1.199 RG)

**RESUMO:** A partir do advento da Lei 14.230/2021 (nova Lei de Improbidade Administrativa – LIA) — cuja publicação e entrada em vigor ocorreu em 26.10.2021 —, deixou de existir, no ordenamento jurídico, a tipificação para atos culposos de improbidade administrativa.

A alteração promovida pelo legislador no texto [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1065/2022 - Brasília, 02 de setembro de 2022



## Privatização de empresa estatal e transferência de débitos judiciais ao estado - ADI 5271/MA

**RESUMO:** É constitucional norma estadual que prevê a assunção de obrigações financeiras resultantes de sentença judicial proferida após a privatização de sociedade de economia mista prestadora de serviço público pelo respectivo estado.

No caso, a Lei 7.514/2000 do Estado do Maranhão dispõe sobre matérias administrativas relativas à desestatização [...]

[+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1065/2022 - Brasília, 02 de setembro de 2022



## TCU: competência para fiscalizar verbas federais complementares ao FUNDEF/FUNDEB - ADI 5791/DF

**RESUMO:** Compete ao Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar a aplicação, por parte dos demais entes da Federação, de verbas federais, transferidas pela União, para complementar o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1066/2022 - Brasília, 13 de setembro de 2022



## Pensão mensal vitalícia a viúvas de ex-prefeitos - ADPF 975/CE

**RESUMO:** É inconstitucional, por violação aos princípios republicano, democrático, da moralidade, da impessoalidade e da igualdade, lei municipal que concede pensão especial mensal e vitalícia a viúvas de ex-prefeitos.

Os cargos políticos de chefia do Poder Executivo são exercidos por mandatos temporários e os seus ocupantes são [...]

[+ Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1071/2022 - Brasília, 14 de outubro de 2022





**Servidor público estadual. Decreto Estadual. Bens e evolução patrimonial. Disponibilização de informações. Obrigatoriedade. Poder regulamentar da Administração Pública.**

**DESTAQUE: Não extrapola o poder regulamentar da Administração Pública, ou os princípios que a regem, Decreto Estadual que dispõe sobre o dever de agentes públicos disponibilizarem informações sobre seus bens e evolução patrimonial. [...]**

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0747/2022 - Brasília, 05 de setembro de 2022

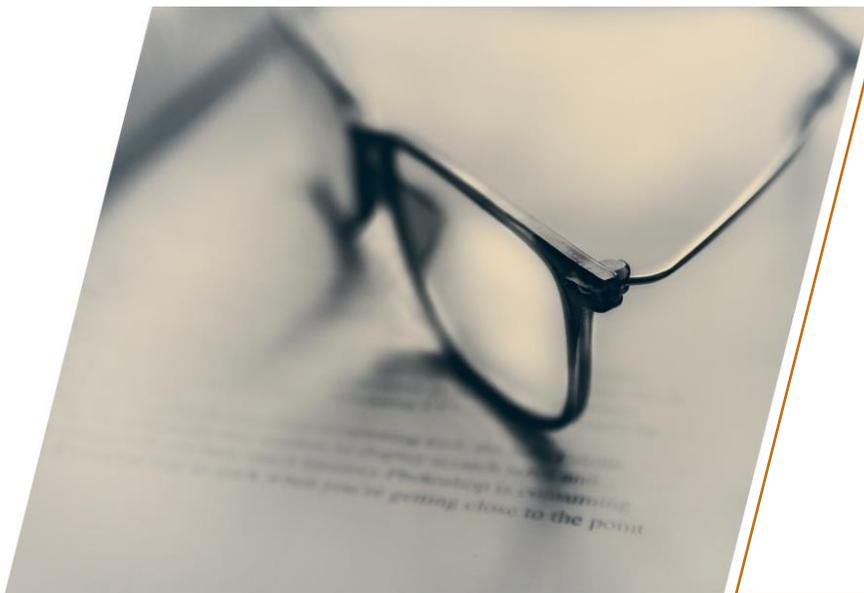
**Concurso público. Nomeação em cargo público. Exigibilidade de habilitação em nível superior (bacharelado). Superveniência de lei estadual. Alteração da legislação aplicável para permissão de tecnólogo. Inaplicabilidade. Observância das exigências previstas no edital.**

**DESTAQUE: A exigência dos requisitos previstos em edital [...]**

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0748/2022 - Brasília, 12 de setembro de 2022





**Servidor contratado pelo regime celetista antes da CF/1988. Sem concurso público. Alteração de regime. Verbas trabalhistas. Pedidos abrangendo os períodos trabalhados nos regimes celetista e jurídico-administrativo. Competência da Justiça do trabalho.**

**DESTAQUE:** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação trabalhista ajuizada por servidor admitido [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0749/2022 - Brasília, 19 de setembro de 2022

**Ato administrativo. Revisão. Prazo decadencial quinquenal previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999. Termo a quo. Ato não submetido a controle de legalidade de Tribunal de Contas. Data da edição do ato pela Administração.**

**DESTAQUE:** Nas hipóteses em que não haja exercício do controle de legalidade por Tribunal de Contas, o prazo decadencial quinquenal previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 transcorre a partir da edição do ato pela Administração. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0750/2022 - Brasília, 26 de setembro de 2022





**Concurso público. Reclassificação. Decisão judicial. Mandado de Segurança. Prazo decadencial. Termo inicial. Último ato administrativo.**

**DESTAQUE:** A data do último ato administrativo reputado ilegal é o termo inicial do prazo decadencial para impetração de Mandado de Segurança com objetivo de reclassificação em concurso público em virtude de anulação de questões por decisão judicial após o encerramento do prazo de validade do certame. [...]

[+ Confira](#)

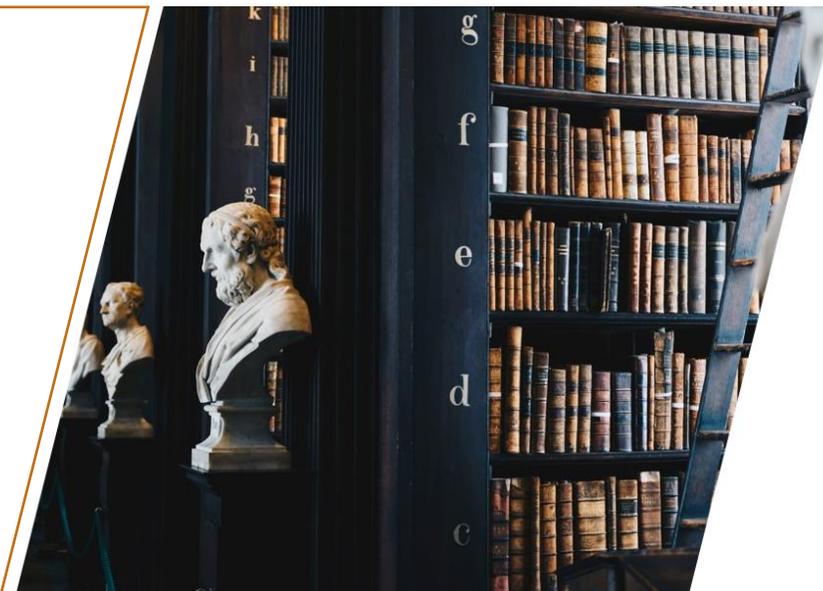
Informativo STJ - Nº 0752/2022 - Brasília, 11 de outubro de 2022

**Agência reguladora. Auto de infração. Processo administrativo. Multa. Aplicação. Termo inicial. Interposição de recurso administrativo. Juros de mora. Não afastamento.**

**DESTAQUE:** A interposição de recurso administrativo não afasta a incidência dos juros moratórios sobre multa aplicada por agência reguladora. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0754/2022 - Brasília, 24 de outubro de 2022





## Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

## CAOPAM - Coordenação

Frank Monteiro Ferrari

Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

## CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

## CAOPAM – Setor jurídico

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula

Juliano Batista de Oliveira



[caopam@mpba.mp.br](mailto:caopam@mpba.mp.br)

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM

Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores  
Clique aqui